

ATA Nº 04/2026 - 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, os conselheiros: Adriano Martins Xavier; Ana Paula Rocha de Azevedo; Andreia Micrute; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clayton Hepp Graebin; Clície Maria C. Negoseki; Daniela Medeiros de Oliveira; Dhebora Cristina da Silva; Fabiano Setim; Fátima Batistão Machado; Juliana Valli M. Criminácio; Leila Gonçalves de Carvalho; Lucinéia Mianis de Carvalho; Marinês Gabriela C. Jarek; Maristela do Rocio Dittert; Rodrigo Cristiano de Oliveira e Sandro de Jesus Correia. Participaram como convidadas: Ana Paula Riedel Pires, Isabela Coelho dos Santos e Tainã Miranda Vidon. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 2ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1** – Abertura da Sessão Plenária; **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** – Aprovação da Ata; **2**- Plano de trabalho CME 2026; **3** – Proposta Madre Paulina: Infrequência, compensação de carga horária, abandono escolar; **4** – Of.054-2026 - SEMED - Análise do Parecer Descritivo referente ao ano letivo de 2026; **5** – Denúncia CEI Castelo Colorido; **6** – Calendário letivo para homologar: CEI Pequenos Gênios; **7** – Correspondências recebidas.

A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença de todos, na sequência informa que já foi feita a conferência do quórum e os conselheiros que justificaram a fala foram: Conselheira Ana Lucia, Brayan, Fabio Azevedo, Letícia, Marilza, Louise, Jéssica, Sônia, Lauryen, Pastora Adriana e a Vilma. Em seguida coloca sobre a ata da reunião anterior que foi enviada por e-mail e foi recebido da Conselheira Ana Lucia de alguma correções e uma inclusão de fala. A Presidente Carolline faz a leitura do e-mail, a parte da inclusão: “Incluir na pág 12 que a Conselheira Ana Lucia alertou também a dificuldade das atividades nas unidades em dia de Ponto Facultativo, devido o funcionamento somente de serviços essenciais e apresentou a proposta de se ter apenas um recesso ou do dia do professor ou do funcionário público e que em gestões anteriores não se tinha duas comemorações.” Na sequência a Presidente pergunta se alguém tem mais alguma observação ou a ata pode ser aprovada? Ninguém se manifestou contrário a aprovação da ata. Seguindo a pauta a Presidente Carolline coloca sobre o Plano de trabalho do CME para 2026 que foi enviado o plano anterior e incluído, ao final do documento, algumas adequações para que pudessem analisar e fazer suas considerações. Foi recebido uma indicação da conselheira Ana Lúcia, ela apresentou suas sugestões, que foram analisadas e incluídas nas propostas. Também recebeu dois e-mails: um da conselheira Maristela e outro da Clície sobre as salas especializadas. Explica que quando fez a reorganização do documento, havia a sala especializada e a sala de apoio pedagógico especializado. Ao reorganizar o texto, acabou retirando esse trecho para ajustar o documento e, por um equívoco, esqueceu de inseri-lo novamente, embora já exista inclusive um documento de estudo sobre esse tema. Em relação às outras sugestões, é importante esclarecer que elas não chegaram até nós. Quando solicitamos que a Secretaria apresentasse indicações, na reunião passada eu fiz esse pedido, mas foi informado que não seriam encaminhadas indicações naquele momento. A Conselheira Clície coloca que pela manhã encaminhou mais e-mail solicitando a inclusão da reorganização da Ilza e da Madre Paulina. A Presidente Caroline coloca que não foi encaminhado nada pela Secretaria, mas que como Conselheira, poderia ser proposto e incluído no Plano de

trabalho. Os apontamentos recebidos da Conselheira Clicie foram: a sala de transição especializada. Esse tema já constava no documento anteriormente, mas por um erro na reorganização do texto acabou retirando. Será recolocado. O segundo ponto é o parecer normativo sobre a organização administrativa e pedagógica das escolas Madre Paulina e Ilza. Também tivemos a revisão das portarias, incluindo: escolha de turmas, projeto político-pedagógico e o regimento interno do espaço AMA. Acredito que já exista algum material relacionado à proposta pedagógica do espaço AMA, mas o regimento ainda não temos. Outro ponto é a prática colaborativa no atendimento educacional especializado (AEE), que também será incluída. A Presidente Caroline acrescenta que retirou, por enquanto, a proposta de discutir a portaria de escolha de turmas neste ano, porque acredita que esse assunto é mais específico da Secretaria de Educação e não uma função central do Conselho. Na opinião dele, o Conselho deveria apenas acompanhar e apontar eventuais problemas, caso apareçam. Ele também destacou que essas discussões consomem bastante tempo das reuniões e questionou se realmente vale a pena o Conselho dedicar tanto tempo a esse tema, sugerindo que o grupo reflita se concorda com essa visão ou se prefere manter o assunto na pauta. A Conselheira Maristela coloca a sua opinião falando que o Conselho, por ser um órgão normativo, deve analisar a portaria de escolha de turmas. Explica que esse tema gera muitos dilemas nas escolas entre os profissionais, e o Conselho é um espaço importante para que os representantes tragam essas questões da base. Segundo ela, discutir a portaria no Conselho ajuda a garantir um olhar mais coletivo e a proteger os interesses dos profissionais, dando voz às diferentes representações. Embora reconheça que o processo leva tempo, considera importante que o tema passe pelo Conselho, pois as decisões impactam diretamente a realidade das escolas. A Conselheira Clicie coloca a sua opinião concordando com a Maristela e destaca que muitos profissionais da educação ficam apreensivos quando surgem portarias da Secretaria, pois temem que possam trazer prejuízos. Por isso, considera importante que essas questões sejam discutidas coletivamente no Conselho. Ela ressalta que o olhar coletivo — com a participação de diferentes representantes, como diretores e professores — torna as decisões mais equilibradas do que quando são tomadas por uma única instância. A Presidente Caroline pergunta se mais alguém gostaria de se manifestar e sugere incluir o tema no plano de trabalho, mas com um prazo para que a Secretaria envie o material necessário. Ela explica que, em anos anteriores, os documentos chegaram muito tarde, o que dificultou a análise do Conselho e acabou sobrecarregando o trabalho no final do ano. Por isso, propõe estabelecer um prazo — por exemplo, até setembro — para que o material seja encaminhado, garantindo tempo adequado para estudo e discussão. A Conselheira Clicie coloca que a proposta da Educação Especial para esse ano é terminar o PPP e encaminhar para as unidades a discussão das portarias ainda no primeiro semestre, e talvez possa ser uma sugestão do Conselho para encaminhar para a Secretaria. A Presidente Caroline coloca que então será incluída a portaria de turma no Plano. Pergunta se alguém se opõe? Ninguém foi contra a inclusão da portaria de escolha de turmas no plano de trabalho. Seguindo com a discussão a Presidente Caroline coloca a necessidade de revisar o regimento do Conselho, pois, embora pareça um tema pequeno, envolve questões importantes que hoje geram dúvidas. Ela citou especialmente a organização e o funcionamento das câmaras do Conselho (infantil, fundamental, especial e superior), responsáveis pelos estudos dos temas. Segundo ela, recentemente surgiram questionamentos sobre a participação e o direito de voto de titulares e suplentes, algo que antes não estava claro e sempre funcionou de forma mais flexível. Essa falta de clareza no regimento tem gerado confusão nas reuniões, mostrando a importância de revisar e organizar melhor essas regras. destacou a necessidade de revisar e tornar mais

claro o regimento do Conselho, especialmente em relação ao funcionamento das câmaras, à participação de titulares e suplentes e a outras situações que hoje não estão bem definidas. Ela sugeriu realizar uma reunião extraordinária dedicada apenas ao estudo do regimento, ainda no primeiro semestre. Também chamou atenção para duas questões importantes: o término do mandato de alguns conselheiros em setembro e a eleição da presidência do Conselho. Diante disso, propôs organizar o processo com antecedência: revisar o regimento, iniciar no segundo semestre a convocação e composição do novo Conselho e permitir que os novos conselheiros assumam oficialmente em janeiro do ano seguinte. Segundo ela, isso daria mais organização, evitaria mudanças no meio do trabalho e permitiria concluir as atividades do ano com o Conselho atual, garantindo uma transição mais planejada e saudável para a próxima gestão. A Presidente Carolline finaliza dizendo que em relação ao plano de trabalho, esses eram os principais pontos que ela tinha para apresentar. O restante já havia sido enviado previamente aos conselheiros. Ela informou ainda que serão consideradas as observações feitas por Maristela e Clicie, e que a sugestão da conselheira Ana já foi incluída no documento, respeitando as contribuições que ela encaminhou. A Conselheira Maristela fica com dúvida quando ao tema que foi retirado por engano, se seria a Sala de Apoio Especializado ou Sala de Apoio Pedagógico Especializado? A Conselheira Clicie esclarece que o documento que foi enviado foi sobre a Sala de Transição. A Presidente Carolline coloca que será adequado o nome e enviará ao Conselheiros para revisão antes de publicar no Diário Oficial. Seguindo a pauta a Presidente coloca sobre a proposta da Escola Madre Paulina, que foi analisada em reunião de Câmara, presidida pela conselheira Dhebora, e o documento com as alterações e sugestões foi enviado aos conselheiros para verificação, o material inclui também o anexo cinco, encaminhado pela Maristela. Informa que não recebeu novos apontamentos dos conselheiros e perguntou se alguém gostaria de fazer alguma observação antes de colocar o documento em votação para envio como resposta à escola e à Secretaria de Educação. Ninguém se manifesta. A Presidente acrescenta que o texto foi organizado com base nos apontamentos feitos na reunião de Câmara e repassados por Dhebora. Informou ainda que o documento será encaminhado à escola e à Secretaria de Educação, pois a Secretaria também precisa estar ciente das alterações propostas. Seguindo a pauta a presidente Carolline coloca sobre o ofício da SEMED nº 054/2026, que solicita análise sobre o parecer descritivo referente ao ano letivo de 2026. O documento chegou no dia 12/03 e foi indicado como urgente, pois precisa ser aplicado já no primeiro trimestre de avaliação. Por isso, será necessário realizar uma reunião de Câmara, a câmara do Ensino Fundamental e Especial, para deliberar sobre o tema. A proposta é marcar essa reunião na próxima semana, antes do feriado, considerando que o mês será curto devido aos feriados. Na sequência da pauta sobre a denúncia do CEI Castelo Colorido, recebida através do ofício nº 057/2026, o conselho realizou visita à unidade, com a participação de alguns conselheiros e da Divisão de Estrutura. Durante a visita, observaram a situação do espaço e verificaram que alguns problemas já haviam sido apontados pela Secretaria. O Conselho orientou a diretora sobre a necessidade de investimentos significativos em manutenção para garantir condições adequadas de funcionamento e segurança para as crianças. A SEMED já cancelou o contrato do Programa de Aquisição de Vagas, foi aconselhado para que ela cessasse o CEI e voltasse a ser um Centro de recreação novamente, pois ela atende várias crianças em contraturno. Foi falado para ela que o Conselho estava cancelando as novas matrículas, que ela não poderia matricular mais nenhuma criança o que acaba tirando a autonomia financeira dela. A Diretora precisará apresentar um plano de ação para melhorar as condições da unidade. O entendimento do Conselho é que a escola precisa de apoio e

melhorias urgentes, para evitar riscos e garantir qualidade no atendimento. A Conselheira Leila acrescenta que a situação da unidade parece estar relacionada principalmente a problemas de gestão, que vêm se acumulando desde 2023. Houve dificuldades na organização administrativa e financeira, depois que a sócia saiu, ela ainda deve para a sócia o que acabou agravando a situação atual. Leila também demonstra preocupação com as condições do espaço e a segurança das crianças, ressaltando que o local pode apresentar riscos. Na opinião dela, seria importante reorganizar a gestão e buscar soluções, pois a unidade parece ter se perdido na condução financeira e estrutural ao longo do tempo. A Presidente Carolline coloca que a diretora foi orientada de que ela não pode gerenciar o CEI como se fosse a casa dela, pois o que ela tinha na dispensa era pouco para 59 crianças. O Conselho entrou para orientar e dar um prazo para que a situação seja ajustada, permitindo que a unidade se reorganize antes de retomar as matrículas. Destaca que a região é uma comunidade grande e que há demanda por atendimento, por isso espera que a gestora consiga reorganizar o serviço. Informou também que o ofício já foi enviado à Secretaria, que deverá formar uma comissão de sindicância para acompanhar o caso, e que a conselheira Marilete foi indicada para participar e contribuir nesse processo. Seguindo a pauta a Presidente Carolline coloca sobre o calendário letivo do CEI Pequeno Gênios, que abriu recentemente. Como a escola iniciou suas atividades agora, não conseguiu elaborar o calendário junto com as demais unidades. O documento foi revisado e está correto, sendo apresentado ao Conselho apenas para homologação e aprovação. Ela perguntou se alguém teria alguma observação antes da aprovação. Ninguém se manifestou contrário a aprovação. Dando sequência a pauta das correspondências recebidas a Presidente Carolline informa que recebeu por e-mail um ofício do CMEI A Árvore dos Sapatos encaminhado pela diretora, relatando diversos problemas de manutenção na unidade. O documento foi enviado para que o Conselho e a Secretaria de Educação tenham ciência da situação e reforça pedidos de reformas que já haviam sido solicitados ao setor de manutenção. Entre os problemas apontados estão: pisos soltando nas salas, janelas danificadas, calçamento externo irregular, cercas e telhas danificadas após ciclone, falta de cobertura em áreas de circulação, infiltrações, ralos sem escoamento, pisos mal instalados, portões enferrujados e sem tranca, pintura deteriorada e necessidade de melhorias na área externa. A diretora também anexou fotos para comprovar as condições da unidade e reforçar a necessidade de manutenção e reparos urgentes. A Conselheira Daniela coloca que gostaria de dizer que esse é um caso isolado, mas infelizmente não é, a diretora desta unidade enviou um vídeo mostrando a situação da escola em um dia de chuva, evidenciando problemas estruturais graves, como piso soltando, janelas danificadas e infiltrações, o que tem dificultado até o atendimento das crianças, que às vezes precisam permanecer em espaços improvisados. Destacou que se trata de uma unidade da Borda do Campo e que a situação é preocupante. A diretora inclusive se colocou à disposição para receber conselheiros que queiram visitar a unidade e verificar a realidade no local. Segundo a conselheira, esse foi o primeiro ofício desse tipo recebido, indicando que muitos outros pedidos virão, pois a manutenção não está acontecendo e tem muitas unidades necessitando de atenção e providências. A Conselheira Andreia relata que a escola Antônio Franco também enfrenta sérios problemas de manutenção, especialmente com piso escorregadio, infiltrações e vazamentos, o que já causou quedas de pessoas dentro da unidade, onde foi necessário abrir uma CAT. Inclusive tem uma mãe que já tem dificuldade de mobilidade, foi buscar a crianças do 1º ano, que as mães retiram em sala, a mãe acabou escorregando e caindo por causa das goteiras que deixam o piso molhado. Em dias de chuva, algumas salas ficam com muita água, dificultando o uso dos espaços. Também

destacou que há demora ou falta de recursos para manutenção, o que faz com que, em algumas situações, precise resolver problemas urgentes com recursos próprios, como pequenos reparos e compra de materiais. Segundo ela, a situação não é isolada e outras escolas também enfrentam dificuldades semelhantes. A Conselheira Maristela coloca a sua dúvida sobre o que seria a ata. Os Conselheiros explicam como funciona a ata de compra. A Presidente Carolline deixa claro que alguns processos de compra não são da SEMED, são da prefeitura, como o papel higiênico e o papel toalha. A Conselheira Leila coloca a sua fala dizendo: “e o Catelo Colorido tem 30 dias para se adequar, senão vai fechar e nesse caso?” Dando sequência a pauta a Presidente Carolline coloca que ela junto com a Secretária Néia estiveram conversando com a vereadora pastora Adriana para entender como funciona a Comissão de Educação da Câmara e de que forma o Conselho pode acompanhar o que está sendo discutido sobre educação, pois considera importante para o Conselho saber o que os vereadores estão debatendo e aprovando. A Conselheira Maristela coloca que é preciso tentar entender o que é prioridade para a Comissão de Educação da Câmara, pois está no Plano de trabalho do CME a questão da regulamentação da lei da candidatura dos Diretores, isso já passou pelo Conselho faz uns 2 anos, o Conselho levou uns 2 ou 3 meses fazendo, depois enviou para a Câmara e lá não andou, e a questão de Câmeras nos ônibus escolares andam. A Presidente Carolline explica que foi conversar para estimular um diálogo entre o Conselho e a Comissão de Educação, buscando focar nos temas realmente importantes. Comentou também sobre o Estatuto, e que foi criada uma comissão, mas nunca chegou a se reunir. Destaca que a vereadora pastora Adriana, quando assumiu, visitou todas as unidades, ela deve ter um dossiê dessa unidade. Por fim, afirma que o Conselho pretende ir até o local para entender melhor a situação e também realizar uma reunião com a Secretaria de Educação. A Conselheira Fátima sugere que quando for fazer a visita, seria interessante chamar a defesa civil, porque pela questão da chuva, a defesa civil interdita o lugar, aí não vai ser só o Conselho falando, alguma coisa terá que ser feita. A Presidente Carolline coloca que também é preciso ouvir a Secretaria, se a Secretaria já foi no local, se tem algum planejamento, ou algum prazo. Acrescenta que há urgência em fiscalizar as unidades que recebem compra de vagas, destacando que são 26 unidades contratadas e não apenas uma específica. Ressalta que o Conselho de Educação têm responsabilidade de fiscalizar essas instituições, já que recebem recursos públicos. Também aponta que existem problemas de manutenção e necessidade de melhor aplicação dos recursos, defendendo a criação de um planejamento para visitas e ações de fiscalização. Por fim, menciona que o Conselho tem autonomia para buscar apoio técnico, se necessário, para acompanhar essas verificações. A Conselheira Daniela coloca que para essa unidade chegar nessa situação e enviar ao Conselho, pode ser certeza que ela já estava pedindo manutenção à muito tempo, porque o pisonão cai de um ano para o outro, um drywall de dois anos separando um espaço, janelas sem vidro, janelas caindo... A Presidente Carolline sugere que seja marcada uma visita, mas pedir que alguém do gabinete ou um responsável pela manutenção acompanhe o Conselho, antes da Defesa. O Conselheiro Adriano lembra que esse drywall tem um pouco mais de 10 anos, e tem muitas outras unidades do Município com drywall, era para ser uma condição provisória e já está mais de 10 anos. A Presidente Carolline pergunta se então pode ser esse encaminhamento para o CMEI Árvore dos Sapatos? Ninguém se opõe. A Presidente Carolline reforça que irá marcar a visita e convidar alguém da SEMED para acompanhar e também irá escrever um ofício para a SEMED, solicitando o plano de quando essas coisas poderão serem resolvidas. Dando sequência a pauta a Presidente coloca que o Conselho também recebeu um ofício do CMEI Ipê Amarelo, o Ofício nº 5/2026, relatando uma grave situação de negligência no CMEI Ipê

Amarelo, devido à falta constante de produtos básicos de limpeza e higiene, como papel toalha, papel higiênico, álcool gel e água sanitária. Segundo o documento, o último envio desses itens ocorreu em julho de 2025, obrigando a direção da unidade a realizar compras emergenciais com recursos próprios para suprir a necessidade. Apesar de a unidade ter solicitado providências ao setor responsável, a resposta recebida apontou problemas logísticos e contratuais. Diante disso, o documento solicita que o Conselho Municipal de Educação tome providências junto à Secretaria de Educação para regularizar o fornecimento dos produtos e garantir condições adequadas de funcionamento e atendimento às crianças. O ofício está assinado pela presidente do Conselho CMEI e pela presidente da Associação de Pais e Professores. A convidada Isabela, destaca que a comunidade escolar desse CMEI participa ativamente dos colegiados e que decisões e documentos importantes da unidade devem contar com a participação e assinatura desses órgãos. A denúncia foi feita porque a situação chegou a um limite, principalmente pela falta de itens básicos de funcionamento, como materiais de higiene. Ressalta-se que, para discutir qualidade da educação, projetos pedagógicos e políticas educacionais, é necessário primeiro garantir condições mínimas adequadas na unidade. Também é mencionado que a comunidade costuma colaborar com a escola em eventos e ações, mas a responsabilidade de garantir as condições básicas é do poder público, não da comunidade. A Conselheira Leila pergunta como que funciona o processo correto da distribuição dos materiais? A Presidente Caroline explica que existe o SIMAS, que funciona como centro de distribuição dos produtos comprados pela prefeitura. Após a compra, os itens são enviados para esse centro, e as diretoras das unidades fazem os pedidos pelo sistema digital. O SIMAS então é responsável por realizar a distribuição para as escolas. Porém, muitas vezes ocorrem problemas, como produtos que estão no sistema, mas não foram entregues, falta de contrato (ata) ou materiais que ficam parados no processo de distribuição. A Conselheira Daniela questiona que sempre é dada a mesma justificativa para os problemas, mas a situação não se resolve há anos. Afirma que, se o sistema de distribuição não está funcionando, é preciso tomar providências, pois não é aceitável que as unidades continuem sem itens básicos, como papel higiênico, papel toalha, água sanitária e sacos de lixo. A Presidente Caroline sugere realizar uma reunião conjunta envolvendo representantes do Conselho, diretores das unidades, Secretaria de Educação, Comissão de Educação da Câmara e a prefeita, para discutir e buscar soluções para os problemas apresentados. A Conselheira Daniela destaca que já houve várias reuniões e conversas com diferentes instâncias, a comissão de diretores, o departamento da Educação Infantil, o Departamento do Fundamental com a Comissão da Câmara nas quais o problema foi apresentado. A Prefeita já foi nas Unidades. No entanto, ainda não houve uma solução efetiva. Ressalta que é necessário que alguém se responsabilize e dê uma resposta clara, indicando quais medidas serão tomadas para resolver a situação, pois as unidades continuam sem os itens necessários. A Conselheira Maristela sugere uma denúncia para o Ministério Público. A convidada Isabela defende que todas as denúncias e situações devem ser formalizadas e documentadas, para que seja possível exigir respostas e responsabilização. Destaca que não basta apenas relatar verbalmente os problemas; é necessário registrar oficialmente as demandas, para que os responsáveis tomem providências e acompanhem as soluções. A Presidente Caroline sugere elaborar e enviar um ofício ao gabinete da prefeita, SEMED e Comissão de Educação, solicitando esclarecimentos e providências, além de definir um prazo para resposta e solução. A Conselheira Maristela sugere questionar nesse ofício o porquê ainda não foi implementada a auto gestão, se é lei, porque não está sendo cumprida?. O Conselheiro Adriano relata que quando trabalhou na manutenção, sempre teve várias demandas das

unidades, e teve uma unidade que ficou seis meses sem pedir manutenção elétrica, teve um dia em que o eletricitista estava com pouca demanda então verificou qual unidade fazia tempo que não pedia manutenção elétrica e enviou o eletricitista, quando o eletricitista retornou ele colocou que precisaria ficar uma semana na unidade para resolver tudo. Quando ele verificou a situação estava precária mesmo, mas o que acontecia era que a Diretora era indicada e ela não queria se indispor com a Secretaria. A Presidente Carolline coloca que seria importante saber quantas unidades oficializaram as demandas que não estão sendo cumpridas. Então reforça que irá oficializar a Comissão, a SEMED e o Gabinete da Prefeita, em nome do Conselho e pedindo explicações. Na sequência a Presidente Carolline faz a leitura do anexo do ofício do CMEI, resposta da SEMED quanto a falta dos produtos informando que os itens disponíveis para aquisição fazem parte do edital nº 143/2024, com atas assinadas e liberadas para compras de forma gradual entre maio e setembro de 2025. Alguns itens da licitação ficaram fracassados ou desertos, como o papel toalha, o que exigiu a abertura de um novo processo licitatório. Foi informado também que, na semana passada, foi assinada uma ata da Secretaria de Saúde que autorizou a compra, a qual já foi realizada e está em fase de aprovação pelas autoridades competentes. Em breve, o estoque deverá ser normalizado. O documento também esclarece que alguns materiais citados no e-mail já haviam sido entregues anteriormente à unidade, com comprovação por guias de entrega anexadas. Explica ainda que, em alguns períodos, os quantitativos enviados podem ser menores devido ao baixo estoque, sendo feita distribuição equitativa entre as 115 unidades da rede municipal. Além disso, esclarece que o saldo apresentado no sistema nem sempre corresponde ao estoque físico real, sendo o saldo efetivo verificado apenas no momento da análise do pedido pela SEMED. Quando um item é cancelado após a requisição, significa que ele não estava disponível no estoque naquele momento. O sistema permite acompanhar a tramitação dos pedidos e a reposição de itens. Por fim, foi esclarecido que um pedido de novembro referia-se a material de expediente, que estava temporariamente suspenso na época, mas já foi regularizado. Apesar das explicações, há questionamento de que alguns itens solicitados posteriormente, como desinfetante e esponja, ainda não teriam sido recebidos. O Conselheiro Adriano coloca que pelo tamanho e volume de compras da Secretaria de Educação, deveria ter licitação própria e não depender da Prefeitura. A Presidente Carolline informa que irá elaborar um ofício, encaminhá-lo às esferas e verificar os próximos passos. Também pretende levantar informações sobre as unidades que oficializaram. Seguindo a pauta a Presidente Carolline faz a leitura do of. nº 010/2026 da SEMED, sobre a sugestão de alteração do recesso do dia 20/03, no ofício a SEMED informa que a sugestão de alteração do calendário escolar, aprovada pelo Conselho na 1ª reunião ordinária, foi analisada tecnicamente com os departamentos do Ensino Fundamental, Infantil, Especial e a Divisão de Transporte Escolar, sendo considerada viável administrativa e pedagogicamente. Assim, conforme o decreto nº 730 da prefeita, não haverá atividade escolar em 20 de março de 2026, e a reposição dessa data ocorrerá em 13 de outubro de 2026, garantindo o cumprimento das 800 horas anuais do calendário letivo e a organização das unidades de ensino e do transporte escolar. Na sequência a presidente Carolline faz a leitura do ofício que o CMEI enviou a Secretaria. O Conselho Municipal de Educação respondeu ao Ofício nº 47 da SEMED agradecendo a análise realizada pela Secretaria e o acolhimento parcial da sugestão apresentada no Ofício nº 10, sobre a alteração da data do recesso escolar. O Conselho reconhece o diálogo institucional e a consideração da proposta para melhor organização pedagógica e administrativa das escolas. Informa ainda que a definição da data de reposição das aulas será submetida à análise e deliberação do Conselho na próxima reunião ordinária,

conforme a Deliberação nº 03/2025, que determina que alterações no calendário escolar homologado só podem ocorrer com aprovação do Conselho. Após a decisão, a Secretaria será oficialmente comunicada. A Presidente Caroline coloca que houve insatisfação entre diretoras pela troca da data de reposição das aulas, e explica que o Conselho não definiu a data; apenas sugeriu possibilidades, mas a Secretaria determinou o dia 13 de outubro sem a aprovação do Conselho, o que não é permitido. Pela norma, qualquer alteração no calendário precisa ser aprovada pelo Conselho. Assim, a data ainda precisa ser discutida e votada pelo Conselho para se tornar válida. A Secretária justificou a escolha do dia 13 por questões administrativas, já que nesse dia toda a prefeitura estará funcionando, ao contrário de outras datas. Até que o Conselho delibere oficialmente, não é possível confirmar que haverá reposição nesse dia. A Convidada Isabela coloca que no dia 20/03, a Prefeitura também não iria trabalhar, então qual a diferença do dia 20/03 para o dia 30/10? Sendo que no primeiro e-mail a educação não iria aderir ao feriado, e a prefeitura não iria funcionar. A Presidente Caroline comenta que ficou sabendo que na semana que vem, no dia 02/04, já foi ofício circular para as unidades informando que não haverá aula, então ligou para o gabinete e explicou que precisava de um ofício solicitando o dia 02/04, mas até o momento não chegou nada do gabinete em relação a isso. Destaca que decisões sobre o calendário não podem ser tomadas pela rede sem comunicação ao Conselho, pois existe uma deliberação. Informou que irá responder formalmente, mencionando a situação do dia 02/04, também afirmou que dará continuidade aos encaminhamentos e tratará novamente da questão da reposição prevista para 13 de outubro. Dando seguimento a pauta A Presidente Caroline coloca sobre a situação do CMEI Cantinho do Céu, que foi apresentada na última reunião do Pleno e os Conselheiros deliberaram por solicitar a ata da reunião realizada no CMEI, a Diretora enviou a ata solicitada e informou no e-mail que poucos dias após o envio do presente ofício, a SEMED realizou o envio de profissionais para o CMEI, fato que fez com que todas as turmas pudessem contar com professores. Na sequência, para finalizar a Presidente Caroline coloca que tem dois recados, o primeiro é que ainda está pendente a reorganização das câmaras do conselho, é necessário decidir se mantêm os membros atuais e retiram apenas os que saíram, até que os novos nomeados assumam. Essa decisão precisa ficar registrada em ata para que a organização possa ser publicada novamente. Enquanto os novos membros não são nomeados, pede-se a aprovação para continuar funcionando com os conselheiros que já estão, mantendo o número mínimo necessário (cinco membros), que ainda permite o funcionamento das câmaras. Também pede para que os conselheiros participem mais das reuniões, pois há muitos materiais e pareceres para estudar. A falta de participação acaba atrasando os trabalhos, pois muitas pessoas se dispõem a participar quando são convidadas, mas depois acabam não comparecendo às reuniões. A Conselheira Andréia coloca que às vezes fica difícil de participar das reuniões devido à demandas da própria SEMED, e sobre esse parecer descritivo do Fundamental as professoras da unidade já estão cobrando para dar um jeito ainda no primeiro trimestre. A Presidente Caroline coloca que a câmara fundamental possui 12 membros, então precisa de no mínimo 7 pessoas para dar o quórum, e está sendo difícil conseguir porque as vezes até os representantes da própria SEMED não consegue participar, por isso a reorganização precisa ser feita. Também menciona que o regimento não define prazo para a duração das câmaras, algo que já está sendo discutido para possível revisão. Diante disso, ela informa que irá retirar da composição os conselheiros que saíram, manter e republicar os que continuam, e entrar em contato com os demais para confirmar se desejam permanecer, para então realizar uma nova publicação da organização das câmaras. O outro recado é sobre a Conferência Municipal de Educação, que ocorrerá nos dias 23 e 24 de abril. Dia

23 à noite, na Câmara, será a solenidade de abertura e dia 24, durante todo o dia. Acontecerá a discussão e aprovação final das metas, com análise do parecer elaborado pelo conselho. Serão disponibilizadas 20 vagas para o Conselho Municipal de Educação, a Presidente reforça a importância da participação e representatividade dos conselheiros, não apenas comparecendo, mas também participando ativamente das discussões. As inscrições serão feitas pelo sistema da prefeitura, quando o link for disponibilizado, houve alinhamento com a secretaria para facilitar a participação. Por fim, reforça-se o convite para que todos participem da conferência, destacando a importância desse processo para as discussões e construções das próximas etapas da educação. A Presidente Carolline ainda informa, de forma antecipada, que no dia 15 de maio haverá uma palestra para os conselheiros, embora o convite oficial ainda não tenha sido formalizado. A palestrante será a Simoni, professora da Universidade Federal e doutora na área de financiamento da educação, que falará sobre noções básicas do financiamento da educação, com o objetivo de ampliar o conhecimento dos conselheiros sobre o tema. O encontro está previsto para começar às 14h30 e terminar por volta das 17h, e também deverá ter convite para o FUNDEB e o CAE. A participação é incentivada porque a formação dos conselheiros é uma das funções do conselho. Por fim, pede que todos guardem a data, e informa que depois será confirmado o local e a quantidade de vagas disponíveis. A Convidada Ana Paula coloca que fez um apontamento no e-mail sobre o Plano de trabalho. A presidente Carolline coloca que já solicitou para a SEMED oficializar enviando um ofício solicitando a retirada para estudo e alteração/adequação da Deliberação. A Conselheira Juliana informa que recebeu um e-mail com um memorando da Procuradoria sobre um caso de retenção que passou pelo Conselho no final do ano e o Conselho negou, então a família entrou com uma liminar e o juiz concedeu, então está solicitando alguns documentos para fazer a defesa do município, então provavelmente logo irá chegar para o Conselho em regime de urgência. O Conselheiro Sandro informa que está se despedindo do Conselho, devido a uma outra proposta de trabalho, ele terá que se desligar do Conselho que ele representa (CMDCA), agradece as informações e a participação de todos durante o período em que esteve no conselho. Informa que permanecerá no trabalho apenas até o dia 15, mas ainda estará disponível para ajudar caso seja necessário até essa data. Destaca que a experiência no conselho trouxe aprendizado e contribuições profissionais, agradece pela convivência e deseja que o grupo continue realizando um bom trabalho, especialmente nas discussões relacionadas à educação, às crianças e aos adolescentes. A Presidente Carolline agradece também a participação dele no Conselho, dizendo que o olhar dele foi muito importante dentro das discussões e deseja sucesso em seu novo ciclo profissional. A Presidente Carolline também dá boas vindas à nova integrante do Conselho, Tainã, indicada pelo SINEPE, para a representação de pais. A Presidente Carolline pergunta se mais alguém gostaria de colocar algo. Ninguém se manifesta. A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
 CAROLLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 05/05/2026 09:24:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>